

## Partidos políticos em Angola: Na tendência africana



A política em Angola é normalmente explicada fazendo referência à sua longa e devastadora guerra civil. As eleições adiadas, a dominância do Presidente da República e do partido no poder, e os resultados das eleições são vistos como consequência típica da guerra. Olhando para Angola de uma perspectiva do desenvolvimento político, em África, têm-se uma outra imagem. Angola é bastante similar à maioria dos países da África subsariana, onde o partido no poder está a ganhar terreno, a oposição está marginalizada e as eleições são controladas e servem, basicamente, para dar legitimidade ao regime instalado.

### “AUTORITARISMO ELEITORAL” NA ÁFRICA SUBSARIANA

Com as primeiras eleições em 1992, Angola passou de uma longa e violenta guerra civil a uma era de política multipartidária. Esta “nova era” de multipartidarismo em Angola acompanhou a “terceira vaga” global do início dos anos 90, onde se viu mais de 60 países passar por um período de abertura política e transição democrática. O comunismo caiu no bloco de leste, regimes africanos de ideologia similar caíram e outros governos autoritários no continente abriram caminho a eleições multipartidárias. Até 2011, todos os países da África subsariana (com excepção de Somália e Suazilândia), já realizaram eleições multipartidárias.

Contudo, as eleições multipartidárias não aprofundaram nem consolidaram as práticas

democráticas em África. Mais de 80 por cento das eleições na África subsariana foram (e são) ganhas pelos partidos governantes. Mudanças de partido no poder são muito raras. Uma fachada institucional de democracia dissimula e reproduz agora uma dura realidade de governo não-democrático, naquilo que já foi chamado de “autoritarismo eleitoral”.

Em alguns países, o partido único sofreu “reformas” e “democratizou-se”, mas continuou no poder. Sobretudo os “movimentos de libertação nacional” que mais tarde se tornaram partidos únicos, durante o período autoritário. Após a democratização, ganharam as primeiras eleições multipartidárias e ficaram no poder desde então. Na África Austral, isto aconteceu na Tanzânia, Namíbia, Zimbabwe,

### O AUTOR

Inge Amundsen (CMI) cientista político e investigador senior.

Moçambique e Angola. Noutros países, o movimento pró-democracia formou novos partidos (ou alianças) que conseguiram derrubar os governos autoritários nas primeiras eleições multipartidárias e estabeleceram-se como partidos governantes. Estes partidos estão agora firmemente no poder e têm governado desde que as eleições multipartidárias se iniciaram. Este é o caso do Quênia, Zâmbia e Malawi, entre outros.

Tanto os partidos no poder que se “reformaram”, como os novos partidos “pró-democracia”, consolidaram a sua primeira vitória multipartidária e fortaleceram a sua posição de poder ao ponto de não já terem verdadeira oposição. As eleições multipartidárias parecem ser democráticas, mas em vez de apresentar alternativas, apenas dão legitimidade aos governantes. O autoritarismo eleitoral tem dois elementos: o autoritarismo, que em África se traduz no presidencialismo, e as manipulações eleitorais.

#### PRESIDENCIALISMO EM ANGOLA

O sistema político em Angola é presidencial. O Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, é o mais antigo presidente, em África, depois de Gaddafi, da Líbia. É líder do partido de poder e Presidente da República, desde 1979. Sobreviveu à introdução de um sistema político multipartidário e a uma guerra civil e a sua governação tem sido apoiada pelo boom do petróleo e por um espectacular crescimento económico.

O Presidente da República é o Chefe de Estado, é o titular do poder Executivo, é o Comandante-em-Chefe das Forças Armadas e é o presidente do partido no poder, o MPLA. O Presidente da República nomeia (e pode destituir) os Ministros e um grande número de dignitários do Estado (incluindo o Procurador-Geral, o Presidente do Banco Central, do Tribunal Constitucional, do Tribunal Supremo, do Tribunal de Contas, Generais e Comandantes das Forças Armadas e da polícia e todos os Governadores provinciais). O Presidente da República pode, em termos práticos, dissolver o Parlamento, mas o contrário não é possível.

Os controlos e equilíbrios institucionais são fracos. Por exemplo, o Presidente ignorou decisões parlamentares e judiciais. O artigo 142º, da anterior Lei Constitucional (1992) instituiu vários órgãos de controlo do poder mas nenhum deles foi, durante longo tempo, institucionalizado, como o caso do Tribunal de Contas (2001), do Tribunal Constitucional (2008) e a Provedoria de Justiça (2006). A Lei 3/96 criou a “Alta Autoridade contra a Corrupção” mas até agora não foi instituída e a lei tornada letra morta.

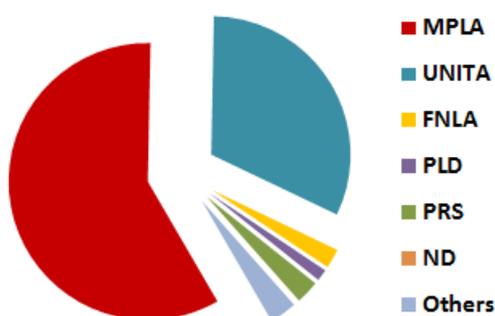
A nova Constituição de 2010 reforçou os poderes do Presidente da República, em Angola. Com a maioria parlamentar do partido no poder, o MPLA, superior a dois terços, o regime alterou a Constituição, fazendo das eleições presidenciais directas, uma eleição indirecta. Esta intenção não foi revelada aos eleitores antes das eleições de 2008.

#### ELEIÇÕES EM ANGOLA

Nas eleições de 1992, o partido no poder, depois de se reformar, ganhou as eleições com maioria simples. Mas a vitória não trouxe estabilidade nem paz. O candidato derrotado, Jonas Savimbi, e a maior parte do seu partido de oposição e exército de guerrilha UNITA regressaram à mata e à luta armada. Seguiram-se mais dez anos de guerra civil até as forças governamentais matarem Savimbi, em 2002, e a sua guerrilha se render.

Foram precisos mais seis anos até o governo restabelecer o controlo da maior parte do país e sentir que havia segurança suficiente para realizar eleições. Assim, as segundas eleições realizaram-se apenas em Setembro de 2008. Nestas eleições, o partido no poder, MPLA, obteve uma maioria ainda mais acentuada e quase eliminou a oposição. O partido no poder ganhou com quase 82 por cento dos votos, detendo uma maioria parlamentar muito acima de dois terços. Nisto, Angola reflecte a tendência de grande parte da África subsariana: onde o partido governante consolidou a sua permanência no poder através de eleições multipartidárias.

Seats 1992



Seats 2008



O “PACMAN”: O partido no poder, MPLA, passou de forte a dominante e a oposição parlamentar foi quase erradicada.

As eleições parlamentares de 2008 foram classificadas como “creíveis e transparentes” por observadores como a UE, mas não como “livres e justas”. As principais questões estiveram relacionadas com vantagens de estar no poder: a falta de uma comissão eleitoral independente e um uso sistemático de recursos do Estado para benefício do partido no poder. Tal como em muitas outras eleições em África nas últimas duas décadas, as vantagens do poder estabelecido criaram desequilíbrios.

Em Angola, a maioria dos onze membros da Comissão Nacional Eleitoral, CNE, é efectivamente nomeada pelo governo. Além disso, o MPLA beneficia de recursos públicos

em grande escala, inclusivamente de recursos militares e da burocracia estatal a todos os níveis. O MPLA recebe oficialmente mais de 50 milhões de dólares americanos por ano em subsídios do Estado para despesas de funcionamento. Adicionalmente, recebe subvenções para gabinetes centrais e provinciais. Além disso, a separação entre o partido, o governo e o Estado é fraco. A bandeira nacional e o símbolo do partido são deliberadamente similares. Há fundos e serviços públicos à disposição do partido governante, e também são utilizados para campanhas eleitorais. Além disso, o partido no poder possui e gere várias empresas privadas e recebe doações de empresas públicas e privadas, bem como de indivíduos. Estes privilégios não são (ou raramente) concedidos a um qualquer partido da oposição.

Outro método frequentemente usado para garantir a vitória eleitoral, na África subsariana, é mudar as “regras do jogo” a favor do partido governante. Por exemplo, o governo angolano “não pôde” registar angolanos a viver no estrangeiro como eleitores devido ao “custo e logística” envolvidos. Agora mudou a Constituição, neste capítulo, impedindo que os angolanos da diáspora possam votar (artº. 143º). A oposição alegou que isto se deveu ao receio do poder de ver a maioria das pessoas, a viver no estrangeiro, apoiar a oposição.

Além disso, o MPLA parecia ignorar a legislação referente a campanha eleitoral. O período oficial de campanha para as eleições de 2008 foi 5 de Agosto, e os outros partidos não foram autorizados a fazer comícios antes desta data. Contudo, o partido no poder, MPLA, fez vários comícios antes desta data, como, por exemplo, os bastante visíveis “concertos gratuitos” com mensagens explícitas de campanha política, realizados pelo MPLA em Luanda e noutras cidades.

O MPLA partilha o legado histórico de comunismo com outros partidos no poder, em África. O MPLA já tentou tornar-se um partido comunista, ao estilo de Moscovo, com o seu Comité Central e outros órgãos posicionados acima de instituições estatais, tanto eleitas como nomeadas, incluindo “células” para “orientação” e controlo, não só em instituições estatais, mas também em segmentos sociais e comunidades. Apesar de ter perdido os seus privilégios constitucionais, o MPLA fez poucas e pequenas reformas nas suas estruturas internas e o partido continua a permear grande parte da vida política do país.

Para além disso, nunca foram realizadas eleições locais e, conseqüentemente, não existe um processo de aprendizagem democrática “das bases” em Angola. Com a revisão constitucional, de 2010, não serão mais realizadas eleições presidenciais directas.



A bandeira de Angola e o símbolo do MPLA  
Imagem: Inge Amundsen

#### OPOSIÇÃO CLIENTELISTA

Angola partilha mais duas tendências da África subsariana. A primeira é a tendência para os partidos de oposição serem moderados, pragmáticos e clientelistas. Isto consiste em partidos orientados para o status-quo, concentrados em “levar parte do bolo” aos seus círculos eleitorais através de negociações com a elite governante (em vez de desafiar as regras do jogo ou a elite governante), que parece conseguir operar, negociar e obter votos com algum sucesso. São capazes de operar, negociar e concretizar com algum sucesso, ganhando assim alguma representação. A segunda tendência é para a “regionalização” e “política étnica”. Os partidos tendem a desenvolver uma base regional ou étnica/religiosa.

O terceiro maior partido de Angola, Partido de Renovação Social (PRS), ilustra a primeira tendência. O PRS está sediado no nordeste do país e nas províncias das Lundas, e tem tido bastante sucesso em negociar benefícios para o seu eleitorado. Não desafia o poder do MPLA e não promove quaisquer diferenças políticas de relevo. Em vez disso, procura um espaço dentro da órbita do partido no poder, de forma a “levar parte do bolo” para o seu eleitorado.

A segunda tendência é ilustrada pelo segundo maior partido, a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Nas últimas eleições, a UNITA regressou ao seu núcleo étnico-regional, o planalto central dominado pelos Ovimbundu e a província do Cuando Cubango. O partido é politicamente moderado, mas como foi rival do governo do MPLA, quando da guerra civil, ainda não é aceite como parceiro de negociação para benefícios do governo.

Os partidos com uma base ideológica clara e menos étnico-regional perderam em massa nas últimas eleições, incluindo o liberal PLD, e o radical FpD e foram extintos.

#### AS PARTICULARIDADES ANGOLANAS

O que é especial em Angola é o facto de o país ser o segundo maior produtor de petróleo em África. Extensos recursos petrolíferos e de gás, e ainda diamantes, dão ao regime angolano um estímulo particular à tendência geral de monopolização política. Os monopólios,

A série Angola Brief é um produto do Programa de Cooperação CEIC-CMI para a investigação de questões sociais e económicas em Angola. Este produto visa contribuir com resultados de pesquisa e recomendações, de forma a aumentar o debate público em e sobre Angola.

Editores: Alves da Rocha & Aslak Orre

Autor: Inge Amundsen

político e económico, reforçam-se um ao outro. Isto aumenta os incentivos para se agarrar ao poder, ao mesmo tempo que os meios para se agarrar ao poder são reforçados.

Assim, o factor impulsionador em Angola é muito forte. Os benefícios são substanciais para quem adere ao partido de poder e prova ser-lhe fiel, mas não estão disponíveis a quem esteja na oposição e são rapidamente retirados a quem seja considerado de traidor. O lucro do petróleo faz com que seja fácil comprar apoio, e os benefícios podem ser consideráveis para quem adere ao partido do poder e prova ser-lhe fiel. As cooptações são frequentes, por exemplo, de intelectuais e activistas de ONG admitidos em comités especiais do partido do poder ou posições no governo.

Este brief do CMI baseia-se no relatório "Partidos políticos em Angola/Political parties of Angola", de Nelson Pestana e Inge Amundsen (a publicar), que é um projecto de investigação sob cooperação institucional entre o Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica de Angola e o Instituto Chr. Michelsen (CMI).

Este favoritismo também abrange o sector empresarial. As oportunidades de negócio mais lucrativas, importação de licenças, contratos com o governo e protecção governamental (privilégios e monopólios), destinam-se maioritariamente a familiares e apoiantes leais do Presidente da República e do partido do poder. Posições de influência política e económica estão interligadas; quadros de topo, quer militares quer funcionários públicos, convertem-se em empresários, enquanto empresários de sucesso protegem os seus investimentos ao filiarem-se no MPLA e ao fazerem donativos ao partido do poder.

As desvantagens económicas da oposição, são também particularmente eficazes num país com um elevado custo de vida como Angola. Para além de algumas ameaças explícitas de violência a figuras da oposição que falam abertamente, as punições económicas podem ser desastrosas: não concessão de créditos bancários, cortes no fornecimento de electricidade ou de água e não pagamento de salários e subsídios. Há

"berufsferbot" em Angola, as pessoas correm o risco de perder os seus empregos, promoções e salários ao participarem em actividades da oposição, como também correm o risco de perder o estatuto e os benefícios associados a posições no governo, como seguros, pensões, bolsas e tratamentos hospitalares.

O MPLA também criou uma cultura do medo, incluindo o medo de que uma vitória da oposição tivesse como consequência o fim de projectos de desenvolvimento e de fundos governamentais para as suas localidades, e que se sigam perseguições e purgas. Para além destes medos regionais, um medo nacional de uma nova vaga de violência, e de um novo ciclo de guerra civil após as eleições, foi particularmente importante na campanha eleitoral de 2008: "Vote em nós, ou seguir-se-á o caos e a anarquia".

#### O FUTURO

Os resultados da próxima eleição, agendada para 2012, parecem estar já definidos. Como em outros regimes "autoritários eleitorais", os bem conhecidos mecanismos de preservação de poder serão accionados e as condições da campanha eleitoral serão desiguais. Graças ao notável crescimento económico e às linhas de crédito concedidas pela China, em troca de petróleo, haverá dinheiro disponível para cooptações e favoritismo e as ameaças de desintegração e de guerra civil manifestar-se-ão, se necessário, como capital político para o MPLA.

A vantagem é que os fluxos de dinheiro disponíveis para ganhar apoio através de cooptações, favoritismo vai diminuir a necessidade de uma violenta protecção do poder. A esperança poderia ser que esta posição segura torna-se o regime mais liberal, respeitador dos direitos humanos e políticos do direito à diferença de opinião e ao debate, mas o comportamento de outros regimes subsarianos "autoritários eleitorais" sugere que tal não vai acontecer.

PARA MAIS INFORMAÇÃO VISITE  
O SÍTIO DO PROGRAMA DE  
COOPERAÇÃO CEIC-CMI  
[www.cmi.no/angola](http://www.cmi.no/angola)

ISSN 1892-3933

#### CMI (Chr. Michelsen Institute)

Bergen - Norway  
Phone: +47 47 93 80 00  
E-mail: [cmi@cmi.no](mailto:cmi@cmi.no)  
[www.cmi.no](http://www.cmi.no)

#### CEIC (Centro de Estudos e Investigação Científica)

Universidade Católica de Angola  
Phone: +244 922 280 541  
E-mail: [ceic.ucan@gmail.com](mailto:ceic.ucan@gmail.com)  
[www.ceic-ucan.org](http://www.ceic-ucan.org)